



**ORDEM DO DIA
PARA A 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 20 DE JUNHO DE 2017**

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

Discussão e votação - Projeto de lei nº 909, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Proíbe casas de shows, casas de diversões, casas de espetáculos, salas de concerto, estádios, parques, circos e demais estabelecimentos nas áreas de entretenimento no Estado de cobrarem mais de uma entrada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Pareceres nºs 1613 e 1614, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 2, de 2017, de autoria da Mesa. Aprova a indicação de membro para o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Parecer nº 402, de 2017, da Comissão de Transportes, favorável.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação - Projeto de lei nº 706, de 2012, de autoria do deputado Feliciano Filho. Restringe a utilização de animais em atividades de ensino no Estado, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipais, Estaduais ou Federais. Pareceres nºs 1386 e 1387, de 2014, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Meio Ambiente, favoráveis.

PROPOSIÇÕES QUE INDEPENDEM DE PARECER MAS DEPENDEM DE
DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

1 - Discussão e votação – Requerimento de autoria do deputado Feliciano Filho. Propõe que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 706, de 2012, que restringe a utilização de animais em atividades de ensino no Estado, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: Municipais, Estaduais ou Federais.

2 - Discussão e votação – Requerimento de autoria do deputado Roberto Massafera. Propõe que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 27, de 2017, que dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado.

3 - Discussão e votação – Requerimento de autoria do deputado Roberto Moraes. Propõe que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei nº 136, de 2017, que altera dispositivos da Lei nº 8.074, de 1992, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.